

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

Balancos Patrimoniais

31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Circulante		19.530	16.921
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.280	2.056
Contas a receber de clientes	5	8.684	6.127
Imposto a recuperar	8	3.380	7.942
Despesas pagas antecipadamente		152	144
Outros ativos		34	652
Não circulante		369.802	370.607
Impostos e valores mobiliários	6	10.086	9.453
Imposto a recuperar	8	10.985	8.113
Adiantamento a fornecedores		2.224	2.225
Cações e depósitos judiciais		3.756	3.533
Outros ativos		285	-
Imobilizado	9	340.731	345.226
Intangível	10	1.735	2.057
Ativo total		389.332	387.528

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Passivo Circulante		29.463	27.837
Empréstimos e financiamentos	11	15.552	14.984
Fornecedores	12	8.551	7.254
Salários, férias e encargos sociais		210	525
Tributos e contribuições sociais a recolher		2.274	310
Provisão para gastos com UBP		341	323
Provisão para gastos ambientais	13	1.427	3.089
Taxas regulamentares e setoriais		968	30
Credores diversos		39	710
Outros passivos		1	636
Não circulante		197.364	203.615
Empréstimos e financiamentos	11	184.082	199.790
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.1	5.400	-
Provisões para contingências	14	267	566
Provisão para gastos com UBP		2.697	2.625
Provisão para gastos ambientais	13	730	140
Provisões de constituição dos ativos		494	494
Outras obrigações		3.694	494
Patrimônio líquido		162.505	156.076
Capital social		82.000	82.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.1	85.870	85.870
Prejuízos acumulados		(5.365)	(11.794)
Passivo e patrimônio líquido		389.332	387.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	31/12/2013	31/12/2012
Capital social	82.000	82.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Prejuízos acumulados	-	696
Patrimônio líquido	82.000	85.870
Prejuízos acumulados	-	6.429
Patrimônio líquido	82.000	85.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

1. INFORMACOES GERAIS

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia), é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico" e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar a geração de energia elétrica localizada no Rio Claro, Municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas Instalações de Interesse Restrito à Central Geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 2.252 de 4 de agosto de 2010, liberou a unidade geradora UG1, de 34.200 kW de capacidade instalada da UHE Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), para início da operação comercial a partir de 5 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. Em 1º de dezembro de 2010, através do Despacho nº 3.682, foi liberada a unidade geradora UG2, de 34.200 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 005/2006-MME-UHE Foz do Rio Claro, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 anos, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW. Como pagamento pelo uso do bem público a Companhia efetuará o pagamento de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$214, sendo a primeira parcela a ser paga no início das operações comerciais da UHE.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada através de Reunião de Diretoria realizada em 26 de fevereiro de 2014. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o método histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidade de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volumes de energia elétrica vendida e comprada, número de consumidores, seguros e meio ambiente, não foram avaliados pelos auditores independentes. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido o tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possui ativos financeiros de instrumentos financeiros derivativos. **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalentes de caixa, ele precisa ter o prazo máximo de três meses a partir da data de aquisição. **3.1.2. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não serem de natureza derivativa, não serem de curto prazo, não serem de determináveis, e também pelo fato de a Administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. **3.1.3. Contas a receber concessionárias e permissionárias:** A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionárias, como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou variáveis cotados em um mercado ativo, cujo preço de transação mais recente com ativos semelhantes. **3.3. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação no balanço de acordo com o método de custo de mercado. **3.4. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou podem ser liquidados em títulos patrimoniais da própria entidade. Os instrumentos financeiros de caixa futuros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possui instrumentos de hedge. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço, em adição aos juros e encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e Perdas são reconhecidas na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. • Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação**

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida		17	61.232
Custos operacionais		7.254	49.281
Custos dos serviços prestados		(11.054)	(13.316)
Energia comprada para revenda		(14.484)	(4.478)
Depreciação e amortização		(9.151)	(9.333)
Utilização do bem público - UBP		(316)	-
Lucro bruto		18	(35.005)
(Despesas) receitas operacionais		26.227	22.154
Administrativas e gerais		(1.360)	(2.054)
Personal		(758)	(1.087)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(271)	-
Outras (despesas) receitas		4	(64)
Lucro antes do resultado financeiro		20.3	(368)
Despesas financeiras		(2.482)	(3.476)
Receitas financeiras		23.745	18.678
Despesas financeiras		(16.353)	(18.374)
Receitas financeiras		967	754
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16	(0.078)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.930)	(362)
Lucro líquido do exercício		16	6.429
Resultado por ação		0,0784	0,0085
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		82.000	82.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	6.429	696
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	6.429	696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **3.17. Demonstração do valor adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS REVISADOS PELO CPC E OUTROS NOVOS REQUERIMENTOS LEGAIS

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas: Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigorar em exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causarão nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **4.2. Pronunciamentos que ainda não estão em vigor em 2013:** A seguinte norma foi emitida pelo IASB e aprovada pela CVM, mas não está em vigor para o exercício de 2013: **IFRS 9 - Instrumentos financeiros:** Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros; Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para exercícios anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39. **4.3. Medição Provisória 627 e Instrução Normativa 1.397:** Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medição Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia, seguindo política do grupo de investimentos financeiros, tem concentrado seus investimentos em aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa:		
Número disponível	1.505	1.472
Aplicações financeiras	5.775	584
	7.280	2.056

Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras referem-se substancialmente à operação compromissada no valor de R\$ 5.767, com liquidez imediata, sem carência, com rentabilidade de 93% a 100,3% do CDI e R\$ 8 refere-se a aplicação automática. Em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 584 refere-se a aplicação automática, com aplicações e resgates efetuados diretamente pela instituição financeira, vinculada à conta-corrente com liquidez imediata, onde a remuneração efetiva do CDI pode variar de 20% a 80% dependendo do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, sendo que a Companhia registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Esta aplicação é considerada instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos e valores mobiliários	10.086	9.453
	10.086	9.453

Essa aplicação financeira refere-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas. A administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva à investimento em aplicação financeira TRUSTEE Soberano de longo prazo, tendo como característica a baixa liquidez, o baixo risco de crédito, referenciado em DI, onde o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	8.684	6.127
	8.684	6.127

Os saldos de 31 de dezembro de 2013 e 2012 são provenientes dos valores faturados nos meses de novembro e dezembro, e que terão sua liquidação no curto prazo.

9. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2013	Adições	Transferências	31/12/2012	Adições	Transferências	31/12/2011
Em serviço								
Terrenos	0%	3.129	-	-	3.129	-	-	3.129
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3%	111.087	-	-	111.087	-	-	111.087
Edificações, Obras Cívicas e Benefetórias	3%	98.116	-	-	98.116	-	-	98.116
Máquinas e Equipamentos	3%	149.620	-	-	149.620	-	-	149.620
Veículos	14%	114	-	12	114	-	-	114
Móveis e Utensílios	13%	114	-	10	114	-	-	114
Em curso		8.832	4.645	(113)	4.300	3.272	(5)	1.033
Total do custo do imobilizado		370.910	4.645	-	366.265	3.272	(5)	362.998
Depreciação								
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(8.418)	(2.466)	-	(9.592)	(2.395)	-	(3.557)
Edificações, Obras Cívicas e Benefetórias		(6.841)	(1.996)	-	(4.845)	(1.996)	-	(2.849)
Máquinas e Equipamentos		(14.906)	(4.667)	-	(10.239)	(4.666)	-	(5.573)
Móveis e Utensílios		(13)	(10)	-	(3)	(2)	-	(1)
Veículos		(1)	(1)	-	-	-	-	-
Total da depreciação		(30.179)	(9.140)	-	(21.039)	(9.059)	-	(11.980)
Total do imobilizado líquido		340.731	(4.495)	-	345.226	(5.787)	(5)	351.018
10. INTANGÍVEL								

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia tem a obrigação de efetuar pagamento pelo UBP o valor do UBP é atualizado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O UBP é amortizado linearmente pelo prazo da concessão. A composição e movimentação do custo do intangível é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	31/12/2013	Adições	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2011
Em serviço							
Outros intangíveis	20%	124	5	119	-	(8)	127
Uso do bem público - UBP		2.593	-	2.593	-	-	2.593
Total do custo do intangível		2.717	5	2.712	-	(8)	2.720
Amortização							
Outros intangíveis		(32)	(11)	(21)	(11)	-	(10)
Uso do bem público - UBP		(950)	(316)	(634)	(263)	-	(371)
Total da amortização		(982)	(327)	(655			

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

alteração do vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de abril de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de março de 2027. A Companhia possui os seguintes covenants estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados anualmente: • Índice de capitalização $\geq 25\%$. • Índice de cobertura de serviço da dívida $\geq 1,2$. Em 26 de dezembro de 2012, o BNDES autorizou a apresentação pela Companhia, de Índice de Cobertura de Serviço da Dívida, para o exercício findo em 2012 de, no mínimo, 1,0 (um inteiro), ou seja, a abaixo do índice mínimo 1,2 estabelecido no

contrato de financiamento. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia atendeu as cláusulas restritivas estabelecidas para esses exercícios. A Companhia em 29 de abril de 2013 celebrou contrato sob nº 4571823 com finalidade de Leasing Financeiro junto ao Banco Itaú Leasing S.A., para aquisição de veículo. O valor principal da operação totaliza R\$ 48, foram previstas 18 prestações para liquidação do leasing. O saldo devedor líquido total do financiamento em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 29, sendo o vencimento final deste contrato em 26 de setembro de 2014. b) A composição de empréstimos e financiamentos é composta da seguinte forma:

Instituições financeiras/credores

Empréstimos e financiamentos:

	31/12/2013		31/12/2012		
	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos Circulante	Principal Circulante Não circulante	
BNDES	15/03/27	TJLP + 2,44%	596	15.027	184.082
Banco Itaú Leasing S.A.	26/09/14	1,10% a.m.	2	27	-
			<u>598</u>	<u>15.054</u>	<u>184.082</u>

c) A movimentação de empréstimos e financiamentos é composta da seguinte forma:

Descrição	31/12/2012	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Amortização de encargos	31/12/2013
Moeda Nacional	214.774	-	15.081	(15.027)	(15.123)	199.705
Leasing	-	48	4	(23)	-	29
	<u>214.774</u>	<u>48</u>	<u>15.085</u>	<u>(15.050)</u>	<u>(15.123)</u>	<u>199.734</u>

Descrição

Descrição	31/12/2011	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Amortização de encargos	31/12/2012
Moeda Nacional	229.990	-	17.807	(15.027)	(17.996)	214.774
	<u>229.990</u>	-	<u>17.807</u>	<u>(15.027)</u>	<u>(17.996)</u>	<u>214.774</u>

As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Divida Total R\$
2015	15.027
2016	15.027
2017	15.027
2018	15.027
2019	15.027
Após 2019	108.947
	<u>184.082</u>

12. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores é composto por:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo do uso do serviço de transmissão	476	546
Materiais e serviços	8.054	6.687
Retenção contratual	21	21
	<u>8.551</u>	<u>7.254</u>

13. PROVISÃO PARA GASTOS AMBIENTAIS

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para gastos ambientais	1.427	3.089
Passivo circulante	730	140
Passivo não circulante	<u>2.157</u>	<u>3.229</u>

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. As provisões foram reconhecidas pela Companhia, por tratar-se de obrigações presentes legais, resultantes de eventos passados e de prováveis realizações. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, bem como no julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos cuja probabilidade de perda é tida como provável. Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota. (A) Perda provável: a Empresa figura como parte das seguintes demandas jurídicas com probabilidade de provável: (i) Demandas de natureza trabalhista: Referem-se de maneira geral sobre questões advindas de relações de trabalho. O valor estimado das causas em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 267 (Em 31 de dezembro de 2012 R\$ 566). Não existem demandas judiciais ou administrativas com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação da nossa administração, sejam considerados relevantes para o negócio. (B) Perda possível: Embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, com chance possível de perda: (i) Demandas cíveis: • Ação de Execução nº 00503424520108160001, nº 00503433020108160001, nº 00503441520108160001 e nº 00503476720108160001, todas propostas pela empresa Construtora Triunfo S.A., referente a contrato de Empreitada a Preço Global, o qual foi rescindido, pois a contratada não cumpriu todos os itens previstos em contrato. A Companhia opôs Embargos à Execução, garantindo o juízo através de carta de fiança bancária. Os valores das demandas atualizadas aproximados são, respectivamente, de R\$955, R\$804, R\$ 1.258 e R\$ 1.709 (Em 31 de dezembro de 2012, os valores das demandas atualizadas aproximados são, respectivamente, de R\$808, R\$680, R\$1.064 e R\$ 1.446). (iii) Demandas arbitrais: • Procedimento Arbitral nº 230, instaurado pelo Consórcio Fornecedor Foz do Rio Claro (Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. e Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. - responsáveis pelo fornecimento e montagem eletromecânica). O valor atualizado aproximado é de R\$ 81.519 (Em 31 de dezembro de 2012, o valor atualizado aproximado é de R\$ 57.223).

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2013			31/12/2012		
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total
Custos não gerenciáveis						
Encargos de uso da rede elétrica	(2.862)	-	(2.862)	(4.603)	-	(4.603)
Compensação financeira	(2.062)	-	(2.062)	(1.520)	-	(1.520)
Taxa de fiscalização	(132)	-	(132)	-	-	-
Utilização do Bem Público - UBP	(316)	-	(316)	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	(71)	-	(71)	(81)	-	(81)
	<u>(5.443)</u>	-	<u>(5.443)</u>	<u>(6.204)</u>	-	<u>(6.204)</u>
Custos gerenciáveis						
Energia comprada para revenda	(14.484)	-	(14.484)	(4.478)	-	(4.478)
Seguros	(237)	-	(237)	(240)	-	(240)
Aluguéis	(10)	33	23	(363)	(312)	(675)
Pessoal	(947)	(758)	(1.705)	(2.688)	(1.087)	(3.775)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(368)	(368)	-	(271)	(271)
Material	(145)	(8)	(153)	(545)	(3)	(548)
Serviços de terceiros	(4.877)	(1.309)	(6.186)	(2.703)	(1.710)	(4.413)
Outros	289	(72)	217	(573)	(93)	(666)
	<u>(20.411)</u>	<u>(2.482)</u>	<u>(22.893)</u>	<u>(11.590)</u>	<u>(3.476)</u>	<u>(15.066)</u>
Depreciação e amortização	(9.151)	-	(9.151)	(9.333)	-	(9.333)
	<u>(9.151)</u>	-	<u>(9.151)</u>	<u>(9.333)</u>	-	<u>(9.333)</u>
	<u>(35.005)</u>	<u>(2.482)</u>	<u>(37.487)</u>	<u>(27.127)</u>	<u>(3.476)</u>	<u>(30.603)</u>

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos, Acionistas e Diretores da Foz do Rio Claro Energia S.A. Examinamos as demonstrações contábeis da Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações

contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	940	754
Outros ganhos financeiros	27	-
Total	<u>967</u>	<u>754</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(15.085)	(17.807)
Variação monetária	(444)	(409)
Outros	(824)	(158)
Total	<u>(16.353)</u>	<u>(18.374)</u>
Total líquido	<u>(15.386)</u>	<u>(17.620)</u>

20. PARTES RELACIONADAS

20.1 Transações com partes relacionadas: Os contratos celebrados ou que

20.2 Garantias: As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da autorização	Órgão autorizador	Empresa garantida	Empresa garantidora	Contrato	Garantia	Início do contrato	Encerramento do contrato	Valor do contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2013
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	09/04/08	15/03/27	201.630	199.705
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	10/02/11	Indeterminado	1.299	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	10/02/11	Indeterminado	847	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	10/02/11	Indeterminado	542	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	04/03/11	Indeterminado	663	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181386812 - ONS	03/12/12	03/12/13	600	-

20.3 Remuneração da alta administração: A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus à remuneração de valor equivalente à 10% daquela devida à Diretoria. No exercício de 2013 e de 2012, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo (a)	313	243
Benefícios pós-emprego	8	-
Remuneração do conselho	47	28
	<u>368</u>	<u>271</u>

(a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale-refeição.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. 21.1. Valor justo: Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	31/12/2013		31/12/2012		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	7.280	7.280	2.056	2.056	Nível I	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	8.684	8.684	6.127	6.127	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Títulos e valores mobiliários	10.086	10.086	9.453	9.453	Nível I	Disponível para venda
Cações e depósitos judiciais	3.756	3.756	-	-	Nível I	Empréstimos e recebíveis
	<u>29.806</u>	<u>29.806</u>	<u>17.636</u>	<u>17.636</u>		
Passivo						
Fornecedores	8.551	8.551	7.254	7.254	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos - Circulante	15.652	15.652	14.984	14.984	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos - Não Circulante	184.082	184.082	199.790	199.790	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	<u>208.285</u>	<u>208.285</u>	<u>222.028</u>	<u>222.028</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos financeiros e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar): (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos e financiamentos. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. 21.2. Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Indexador	Posição em 31/12/2013	Projeção receitas financeiras - Um ano			
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III provável (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)	CDI	5.775	302	453	605
Análise de sensibilidade das dívidas					
	Taxa de juros a.a.				
	TJLP +				
	2,44%	199.109	9.957	12.507	15.057

22. SEGUROS

A empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros de responsabilidade civil, riscos operacionais e veículos eram compostos da seguinte forma:

Risco	Importância segurada	Prêmio	Prazo de vigência
Responsabilidade civil	100.000	52	31/08/2013 a 31/08/2014
Risco operacional	234.000	173	31/08/2013 a 31/08/2014
Veículos	65	2	24/07/2013 a 19/06/2014

Contadora: Patrícia N. S. Ferreira - CRC 1SP237063/O-2

considerada informação adicional para as demais entidades. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014



ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-25P015199/O-6

Luiz Carlos Passetti Contador CRC-1SP144343/O-3-S-SP Rita de C. S. de Freitas Contadora CRC-1SP214160/O-5-S-SP